Entre o "*Phase Down*" e o "*Phase Out*": Santa Marta e as Novas Frentes da Governança Climática

Entre el "Phase Down" y el "Phase Out": Santa Marta y las Nuevas Fronteras de la Gobernanza Climática

Between "Phase Down" and "Phase Out": Santa Marta and the New Frontiers of Climate Governance

Danielly Magalhães e Luiz Augusto Galvão

Resumo: A Primeira Conferência sobre a Transição para o Fim dos Combustíveis Fósseis reuniu governos, especialistas, setor privado e sociedade civil para discutir estratégias de redução da dependência global de petróleo, carvão e gás natural após os compromissos estabelecidos no "Global Stocktake" da COP28. O encontro evidenciou divergências entre países favoráveis ao phase out dos combustíveis fósseis e aqueles que defendem um phase down gradual associado ao uso de tecnologias de captura de carbono e expansão do gás natural como combustível de transição. A Conferência de Viena sobre clima e energia fortaleceu o diálogo multilateral sobre transição energética, segurança climática e cooperação internacional. O evento destacou disputas relacionadas ao financiamento climático, justiça energética e expansão do gás natural em meio ao atual contexto geopolítico, servindo também como preparação para os próximos ciclos de negociações climáticas internacionais. O Summit de Clima e Saúde 2026 da National Academy of Medicine reuniu lideranças científicas e formuladores de políticas para discutir os impactos das mudanças climáticas sobre a saúde humana e fortalecer a integração entre clima e saúde nas agendas globais. O encontro abordou preparação para a COP31, inteligência artificial aplicada ao clima e saúde, sistemas de saúde resilientes e a consolidação da Coalizão Global das Academias de Medicina em Clima e Saúde, reforçando o entendimento da crise climática como uma emergência de saúde pública global. O relatório Safe Disposal of Unused Medicines: A One Health Approach for National Systems, desenvolvido pelo United Nations Environment Programme, propõe sistemas integrados para o descarte seguro de medicamentos humanos e veterinários. O documento alerta que o descarte inadequado de antibióticos, hormônios, quimioterápicos, opioides e antiparasitários pode causar impactos ambientais, contaminar recursos hídricos e contribuir para a resistência antimicrobiana. Entre as recomendações estão sistemas de devolução de medicamentos, fortalecimento regulatório, campanhas de conscientização e integração entre saúde humana, animal e ambiental por meio da abordagem One Health.

Palavras-chave: Mudanças climáticas; saúde global; combustíveis fósseis; One Health; resistência antimicrobiana.

Resumen: *La Primera Conferencia sobre la Transición hacia el Fin de los Combustibles Fósiles reunió a gobiernos, especialistas, el sector privado y la sociedad civil para discutir estrategias de reducción de la dependencia global del petróleo, el carbón y el gas natural tras los compromisos establecidos en el "Global Stocktake" de la COP28. El encuentro puso en evidencia divergencias entre países favorables al phase out de los combustibles fósiles y aquellos que defienden un*

phase down gradual asociado al uso de tecnologías de captura de carbono y a la expansión del gas natural como combustible de transición. La Conferencia de Viena sobre clima y energía fortaleció el diálogo multilateral sobre transición energética, seguridad climática y cooperación internacional. El evento destacó disputas relacionadas con el financiamiento climático, la justicia energética y la expansión del gas natural en medio del actual contexto geopolítico, sirviendo también como preparación para los próximos ciclos de negociaciones climáticas internacionales. El Climate and Health Summit 2026 de la National Academy of Medicine reunió a líderes científicos y responsables de políticas para discutir los impactos del cambio climático sobre la salud humana y fortalecer la integración entre clima y salud en las agendas globales. El encuentro abordó la preparación para la COP31, la inteligencia artificial aplicada al clima y la salud, sistemas de salud resilientes y la consolidación de la Coalición Global de las Academias de Medicina en Clima y Salud, reforzando la comprensión de la crisis climática como una emergencia de salud pública global. El informe Safe Disposal of Unused Medicines: A One Health Approach for National Systems, desarrollado por el United Nations Environment Programme, propone sistemas integrados para la eliminación segura de medicamentos humanos y veterinarios. El documento advierte que la eliminación inadecuada de antibióticos, hormonas, quimioterápicos, opioides y antiparasitarios puede generar impactos ambientales, contaminar recursos hídricos y contribuir a la resistencia antimicrobiana. Entre las recomendaciones se incluyen sistemas de devolución de medicamentos, fortalecimiento regulatorio, campañas de concienciación e integración entre la salud humana, animal y ambiental mediante el enfoque One Health.

Palabras clave: *Cambio climático; salud global; combustibles fósiles; One Health; resistencia antimicrobiana.*

Abstract: *The First Conference on the Transition Away from Fossil Fuels brought together governments, experts, the private sector, and civil society to discuss strategies to reduce global dependence on oil, coal, and natural gas following the commitments established in the COP28 Global Stocktake. The meeting highlighted tensions between countries advocating for a full phase out of fossil fuels and those supporting a gradual phase down associated with carbon capture technologies and the expansion of natural gas as a transition fuel. The Vienna Conference on climate and energy strengthened multilateral dialogue on energy transition, climate security, and international cooperation. Discussions focused on climate finance, energy justice, and the expansion of natural gas within the current geopolitical context, while also serving as preparation for upcoming international climate negotiation cycles. The report Safe Disposal of Unused Medicines: A One Health Approach for National Systems, developed by the United Nations Environment Programme, proposes integrated systems for the safe disposal of human and veterinary medicines. The document warns that the improper disposal of antibiotics, hormones, chemotherapy drugs, opioids, and antiparasitic medicines can cause environmental contamination, affect water resources, and contribute to antimicrobial resistance. Key recommendations include medicine take-back systems, stronger regulatory frameworks, public awareness campaigns, and integration between human, animal, and environmental health through a One Health approach. The 2026 Climate and Health Summit organized by the National Academy of Medicine gathered scientific leaders and policymakers to discuss the impacts of climate change on human health and strengthen the integration of climate and health into global agendas. The event addressed preparation for COP31, artificial intelligence applications in climate and health, resilient health systems, and the consolidation of the Global Coalition of Academies of Medicine on Climate and Health, reinforcing the recognition of climate change as a global public health emergency. The report Safe Disposal of Unused Medicines: A One Health*

Approach for National Systems, developed by the United Nations Environment Programme, proposes integrated systems for the safe disposal of human and veterinary medicines. The document warns that the improper disposal of antibiotics, hormones, chemotherapy drugs, opioids, and antiparasitic medicines can cause environmental contamination, affect water resources, and contribute to antimicrobial resistance. Key recommendations include medicine take-back systems, stronger regulatory frameworks, public awareness campaigns, and integration between human, animal, and environmental health through a One Health approach.

Keywords: *Climate change; global health; fossil fuels; One Health; antimicrobial resistance.*

Este informe apresenta uma síntese de debates, negociações e iniciativas internacionais recentes relacionadas às mudanças climáticas, transição energética, saúde global e sustentabilidade, com destaque para discussões sobre o fim dos combustíveis fósseis, governança climática, abordagem *One Health*, resistência antimicrobiana e fortalecimento de sistemas de saúde resilientes frente à crise climática.

Primeira Conferência sobre a Transição para o Fim dos Combustíveis Fósseis

A Primeira Conferência sobre a Transição para o Fim dos Combustíveis Fósseis (TAFF 1 — *Conference on Transitioning Away from Fossil Fuels*) foi realizada entre os dias 24 e 29 de abril de 2026, em Santa Marta, na Colômbia, reunindo representantes de 57 países, além de organizações internacionais, academia, sociedade civil, lideranças indígenas e especialistas em energia e clima.

O encontro surgiu como uma tentativa de transformar em ações concretas o compromisso firmado na COP28 de "transition away from fossil fuels", aprofundando o debate sobre como acelerar a redução da dependência global de carvão, petróleo e gás. Entre os principais objetivos da conferência estavam o fortalecimento da cooperação internacional para a transição energética, a discussão de mecanismos de financiamento para países em desenvolvimento, a elaboração de estratégias nacionais de descarbonização e a construção de caminhos socialmente justos para trabalhadores e populações dependentes das cadeias fósseis.

As negociações

Ao longo das negociações, os países discutiram temas centrais como eliminação gradual de subsídios aos combustíveis fósseis, expansão das energias renováveis, financiamento climático, comércio internacional e segurança energética. Houve avanços importantes na consolidação de uma agenda política mais estruturada para a transição energética global, incluindo o apoio à criação de roteiros nacionais de transição, o fortalecimento da cooperação técnica entre países e a proposta de estabelecimento de um Painel Global para a Transição Energética (*Global Energy Transition Panel*), voltado à produção de evidências científicas e recomendações políticas. Também ganhou força o reconhecimento de que a transição deve incorporar princípios de justiça climática, proteção social e desenvolvimento sustentável, especialmente para países mais vulneráveis e economias altamente dependentes da exportação de combustíveis fósseis.

Divergências entre as delegações

Entretanto, as negociações também evidenciaram profundas divergências políticas e econômicas entre os países. Um dos principais impasses esteve relacionado ao uso da expressão

“phase-out” (eliminação total) versus “phase-down” (redução gradual) dos combustíveis fósseis. Países mais vulneráveis às mudanças climáticas, pequenos Estados insulares e diversas nações europeias defenderam metas mais ambiciosas e cronogramas claros para eliminação do petróleo, carvão e gás. Por outro lado, países produtores de petróleo e gás argumentaram que a transição deve respeitar diferentes contextos nacionais, prioridades de desenvolvimento e necessidades de segurança energética.

O posicionamento do Brasil durante as discussões buscou manter uma postura intermediária e pragmática, alinhada à tradição diplomática brasileira nas negociações climáticas. O país evitou apoiar explicitamente um “phase-out” imediato e rígido dos combustíveis fósseis, defendendo uma abordagem que considere as diferentes realidades nacionais, capacidades econômicas e trajetórias de desenvolvimento. Nesse contexto, o Brasil se aproximou mais da lógica de “phase-down”, ou seja, uma redução gradual e planejada do uso de combustíveis fósseis, acompanhada de financiamento, transferência tecnológica e medidas de justiça social.

A delegação brasileira também enfatizou o princípio das “responsabilidades comuns porém diferenciadas”, argumentando que países historicamente responsáveis pelas maiores emissões devem liderar a transição energética e apoiar financeiramente os países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o Brasil buscou destacar sua matriz elétrica relativamente limpa, baseada majoritariamente em fontes renováveis, e apresentou o país como potencial liderança em bioenergia, hidrogênio verde e soluções de transição energética sustentável.

Entretanto, a posição brasileira gerou algumas tensões e ambiguidades percebidas por observadores internacionais. Embora o governo tenha defendido metas climáticas ambiciosas e fortalecido sua imagem internacional em torno da proteção da Amazônia e da transição ecológica, houve questionamentos sobre a continuidade da expansão da exploração de petróleo e gás no país, especialmente em áreas consideradas sensíveis, como a Margem Equatorial. Isso levou parte da sociedade civil e de países mais ambiciosos a cobrar maior clareza sobre até que ponto o Brasil estaria disposto a apoiar uma eliminação efetiva dos combustíveis fósseis no longo prazo.

Durante as negociações, o Brasil também demonstrou preocupação em evitar que a agenda de transição energética se transformasse em barreira ao desenvolvimento econômico dos países do Sul Global. Assim, o país defendeu que qualquer avanço em direção à redução dos combustíveis fósseis deve estar acompanhado de garantias de financiamento climático, proteção ao desenvolvimento industrial e ampliação do acesso à energia, especialmente para populações vulneráveis.

O papel do gás natural como “combustível de transição” também gerou forte debate, assim como propostas relacionadas à criação de um tratado internacional sobre combustíveis fósseis, considerada prematura ou excessivamente restritiva por alguns governos. Outro ponto de tensão foi o financiamento da transição, especialmente diante das preocupações de países em desenvolvimento sobre acesso a recursos, transferência de tecnologia e possíveis impactos econômicos e sociais da descarbonização acelerada.

Disputas políticas

Ao mesmo tempo, a conferência evidenciou uma disputa política sobre quem irá liderar — e quem irá financiar — a transição energética global. Países em desenvolvimento insistiram

que a transição não pode reproduzir desigualdades históricas nem limitar oportunidades de industrialização do Sul Global. Diversas delegações argumentaram que muitos países ricos construíram seu desenvolvimento com base em combustíveis fósseis e agora pressionam economias emergentes a acelerar uma transição sem oferecer apoio financeiro e tecnológico suficiente. Assim, financiamento climático, acesso a tecnologias limpas e justiça distributiva tornaram-se elementos centrais da agenda política do encontro.

Transição justa e proteção social

Outro eixo político importante foi a disputa em torno do conceito de "transição justa". Países latino-americanos, africanos e representantes de trabalhadores defenderam que o processo de descarbonização precisa incorporar proteção social, requalificação profissional e geração de alternativas econômicas para regiões dependentes da produção de petróleo, carvão e gás. Houve também discussões sobre soberania energética, já que alguns governos demonstraram preocupação de que metas rígidas possam aumentar dependência tecnológica de países industrializados ou comprometer a segurança energética nacional.

A conferência também reforçou a crescente politização da relação entre clima, comércio e competitividade econômica. Foram debatidos os impactos de mecanismos como taxação de carbono nas fronteiras, cadeias produtivas verdes e novos mercados associados à transição energética, incluindo minerais críticos, hidrogênio verde e tecnologias de captura de carbono. Alguns países alertaram para o risco de novas formas de protecionismo climático, enquanto outros defenderam que instrumentos econômicos serão fundamentais para acelerar a descarbonização global.

O Brasil teve um papel relevante nesse debate político ao defender uma agenda que combina ambição climática com desenvolvimento econômico e combate às desigualdades. A diplomacia brasileira procurou posicionar o país como um ator de mediação entre países mais ambiciosos e economias dependentes de combustíveis fósseis, reforçando temas como justiça climática, financiamento para adaptação e valorização das soluções baseadas na natureza. Ao mesmo tempo, o Brasil buscou ampliar seu protagonismo geopolítico no contexto da preparação para a COP31, defendendo que a transição energética global deve considerar as necessidades e prioridades do Sul Global e reconhecer diferentes trajetórias nacionais de desenvolvimento.

Gás Natural

A questão do gás natural foi um dos temas mais controversos da conferência, refletindo um debate que já vem ocorrendo nas COPs climáticas nos últimos anos. Diversos países produtores de gás defenderam que o combustível deve ser reconhecido como uma alternativa "de transição" para substituir fontes mais intensivas em emissões, especialmente o carvão. O argumento central apresentado por esses governos é que o gás natural poderia contribuir para reduzir emissões no curto prazo enquanto sistemas energéticos renováveis ainda estão em expansão, além de oferecer maior estabilidade energética e segurança de abastecimento. Países exportadores de gás e algumas economias emergentes também ressaltaram que investimentos em gás continuam sendo estratégicos para crescimento econômico, geração de emprego e combate à pobreza energética.

Por outro lado, países mais vulneráveis às mudanças climáticas, pequenos Estados insulares, representantes da sociedade civil e parte da comunidade científica criticaram fortemente essa abordagem. Esses grupos argumentaram que a expansão da infraestrutura de

gás natural cria um “lock-in fóssil”, ou seja, prolonga a dependência de combustíveis fósseis por décadas, dificultando o alcance das metas do Acordo de Paris. Também foram levantadas preocupações sobre as emissões de metano associadas à cadeia produtiva do gás, já que o metano possui um potencial de aquecimento global significativamente superior ao dióxido de carbono no curto prazo. Assim, para esses atores, considerar o gás como solução climática representaria um risco de atrasar investimentos em energias renováveis e eficiência energética.

Próximas etapas

Apesar das divergências, a conferência consolidou um espaço político relevante para aprofundar as discussões sobre o futuro energético global e sinalizou um crescente alinhamento internacional em torno da necessidade de reduzir a dependência de combustíveis fósseis. Como próximos passos, os participantes acordaram em dar continuidade aos grupos de trabalho temáticos, desenvolver propostas concretas de cooperação técnica e financiamento, e avançar na elaboração de recomendações para futuras negociações climáticas internacionais, incluindo a COP31. Como principal encaminhamento político da conferência, os países participantes concordaram em manter o processo da TAFF como um espaço contínuo de articulação internacional sobre a transição para o fim dos combustíveis fósseis. O objetivo agora é transformar as discussões iniciais em propostas mais concretas de cooperação, financiamento e planejamento da transição energética, aumentando a influência do tema nas negociações climáticas formais da UNFCCC e nas futuras COPs.

Entre os próximos passos definidos estão a continuidade dos grupos de trabalho temáticos criados durante a conferência, que irão aprofundar discussões sobre financiamento da transição, eliminação de subsídios fósseis, impactos sociais e trabalhistas, segurança energética, comércio internacional e mecanismos de apoio aos países em desenvolvimento. Também deverá avançar a proposta de criação do *Global Energy Transition Panel*, pensado como uma plataforma técnico-científica para apoiar governos na elaboração de estratégias nacionais de descarbonização e monitoramento de progresso.

Outro foco importante será o desenvolvimento de “roadmaps” nacionais de transição energética, com incentivo para que os países apresentem metas, cronogramas e estratégias mais claras para reduzir a dependência de combustíveis fósseis. Diversas delegações também defenderam que os resultados da TAFF sejam levados para os debates preparatórios da COP31, fortalecendo a pressão política por metas mais ambiciosas relacionadas ao setor energético.

A próxima conferência, a TAFF 2, está prevista para ocorrer em 2027 em Tuvalu, um pequeno Estado insular do Pacífico altamente vulnerável aos impactos das mudanças climáticas. A escolha de Tuvalu teve forte simbolismo político e diplomático, reforçando a centralidade das demandas dos países mais vulneráveis e a urgência da transição energética global diante do aumento do nível do mar, eventos extremos e ameaças existenciais enfrentadas por ilhas do Pacífico. Espera-se que até lá os países avancem em compromissos mais concretos, especialmente relacionados a financiamento climático, metas de redução de combustíveis fósseis e mecanismos de apoio para uma transição justa.

Para mais informações sobre as discussões da conferência, acesse aqui.

Fórum Internacional de Energia e Clima de Viena

O Fórum Internacional de Energia e Clima de Viena 2026 (IVECF 2026) foi realizado nos dias 9 e 10 de abril de 2026, no Palácio Hofburg, em Viena, Áustria, reunindo governos, organizações internacionais, instituições financeiras, setor privado, academia, sociedade civil, juventude e representantes de países em desenvolvimento. O IVECF 2026 foi uma conferência global, e não apenas europeia, embora tenha sido realizada em Vienna e tenha contado com forte liderança institucional europeia, especialmente do governo da Áustria e de organizações sediadas na Europa, como a United Nations Industrial Development Organization (UNIDO) e o International Institute for Applied Systems Analysis (IIASA).

O fórum reuniu representantes de governos de diferentes regiões do mundo, incluindo países da África, América Latina, Ásia, Pacífico e Oriente Médio, além de bancos multilaterais, agências da ONU, setor privado, academia, juventude e sociedade civil. Grande parte das discussões foi justamente centrada nos desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento para financiar e implementar a transição energética e a industrialização verde.

Sob o tema "Powering Prosperity, Security and Stability". O fórum teve como principal objetivo discutir como a transição energética e a industrialização verde podem contribuir simultaneamente para ação climática, desenvolvimento econômico, estabilidade geopolítica e segurança energética. O encontro também buscou fortalecer a implementação do Acordo de Paris, apoiar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e avançar a agenda da Declaração de Belém, com forte foco em países menos desenvolvidos (LDCs), pequenos Estados insulares (SIDS) e contextos vulneráveis.

As discussões do fórum foram organizadas em torno de dois grandes eixos: o diálogo global sobre industrialização verde e a implementação regional e nacional da transição energética. Ao longo das sessões, os participantes debateram financiamento climático, expansão de energias renováveis, segurança energética, descarbonização industrial, cadeias produtivas sustentáveis, inovação tecnológica e fortalecimento do multilateralismo. Houve avanços importantes no reconhecimento de que a transição energética não deve ser vista apenas como uma agenda ambiental, mas também como uma estratégia econômica e de desenvolvimento industrial. Os participantes defenderam a necessidade de ampliar investimentos públicos e privados, fortalecer bancos multilaterais de desenvolvimento e criar mecanismos financeiros capazes de acelerar a implementação de projetos de energia limpa e infraestrutura resiliente.

Entre os principais resultados do encontro esteve o lançamento do programa *Global Programme on Climate Resilient Renewable Energy Systems in SIDS (G-RES)*, liderado pela UNIDO com apoio do Global Environment Facility (GEF), voltado à promoção de sistemas energéticos renováveis resilientes em pequenos Estados insulares. O governo austríaco também anunciou novo financiamento para apoiar a iniciativa. Outro resultado político importante foi a adoção da "Vienna Call to Action", documento que reforça a necessidade de integrar políticas climáticas, energéticas e industriais, defendendo a transição verde como motor de prosperidade compartilhada, estabilidade e segurança global. O fórum também discutiu a construção de um plano de implementação de cinco anos para operacionalizar compromissos associados à Declaração de Belém e fortalecer a cooperação internacional em torno da industrialização verde.

Apesar do clima de cooperação, as negociações evidenciaram divergências importantes entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Um dos principais impasses esteve relacionado ao financiamento da transição energética e ao acesso desigual a tecnologias limpas.

Países do Sul Global defenderam que não será possível acelerar a descarbonização sem ampliação significativa do financiamento climático, transferência tecnológica e maior flexibilidade para trajetórias nacionais de desenvolvimento. Também surgiram preocupações sobre o risco de novas formas de protecionismo verde, especialmente associadas a mecanismos de taxação de carbono, exigências comerciais ambientais e competição global por minerais críticos e tecnologias estratégicas. Alguns países enfatizaram que a industrialização verde não pode reproduzir desigualdades históricas nem aprofundar dependências econômicas entre Norte e Sul Global. Ao mesmo tempo, países europeus e organizações multilaterais pressionaram por metas mais rápidas de descarbonização industrial e maior alinhamento das políticas nacionais com os objetivos climáticos globais.

O Brasil participou das discussões defendendo uma abordagem que associe transição energética, desenvolvimento sustentável e justiça climática, reforçando a importância de financiamento internacional e valorização das diferentes realidades nacionais. O país também buscou ampliar seu protagonismo internacional no contexto da preparação para a COP30, destacando oportunidades ligadas à bioeconomia, energias renováveis, hidrogênio verde e industrialização sustentável.

Como próximos passos, o IVECF 2026 deverá alimentar as negociações internacionais sobre clima, energia e desenvolvimento sustentável nos próximos anos, incluindo os debates relacionados à COP31 e à futura agenda global pós-2030. Os participantes concordaram em fortalecer mecanismos de cooperação internacional, mobilização financeira e implementação de projetos concretos de industrialização verde. Também foi reforçada a intenção de acompanhar os compromissos assumidos na Vienna Call to Action e avançar no desenvolvimento do plano quinquenal associado à Declaração de Belém, buscando transformar as discussões políticas em ações concretas de implementação.

Summit de Clima e Saúde da Academia Nacional de Medicina dos EUA — 2026

A Academia Nacional de Medicina (NAM) realizou seu 3º Summit anual de Clima e Saúde em 8 de abril de 2026, no edifício da Academia Nacional de Ciências em Washington, D.C., com participação presencial e virtual. O evento reuniu líderes do setor de saúde para explorar os mais recentes avanços, inovações e oportunidades na interseção entre clima e saúde, com o objetivo de reforçar a importância do tema para o país e além, equipando os participantes com perspectivas práticas e caminhos para ação coletiva.

Programação do Summit 2026

O evento contou com keynote de abertura de María Neira (ex-diretora de Saúde Pública da OMS) e um painel plenário sobre a visão de 25 anos para a saúde climática e planetária. Entre as sessões simultâneas destacaram-se:

- Pontos de entrada do setor de saúde na ação climática global, com foco na preparação para a COP31
- Soluções comunitárias hiperlocais como modelo para ação climática e de saúde em escala nacional
- Métricas e indicadores para desempenho transformador do setor de saúde

- Inteligência Artificial aplicada ao clima e à saúde: inovação e governança
- Caminhos estaduais e locais para um setor de saúde mais resiliente e sustentável

A Coalizão Global das Academias de Medicina

Em novembro de 2025, academias nacionais de medicina e divisões médicas de academias de ciências de todo o mundo anunciaram a Coalizão Global das Academias de Medicina em Clima e Saúde (Global Coalition of Academies of Medicine on Climate and Health). Trata-se de uma colaboração para fortalecer a base científica das respostas aos riscos de saúde relacionados ao clima.

A Coalizão foi fundada por Victor J. Dzau, presidente da NAM e Eliette Bouskela, presidente da Academia de medicina do Brasil. O Dr. Dzau afirmou que a saúde deve estar no centro de toda ação climática, e que a Coalizão traz autoridade científica e independência das academias nacionais para ajudar os países a traduzir evidências em ações e políticas que protejam a saúde das pessoas hoje, enquanto constroem sistemas de saúde resilientes e de baixo carbono para o futuro.

Apoio ao Plano de Ação de Saúde de Belém (COP30)

A Coalizão declarou apoio ao Plano de Ação de Saúde de Belém (BHAP) — o marco lançado pelo Brasil na COP30 para integrar a saúde às estratégias de adaptação e mitigação climática. Os membros da Coalizão emitiram conjuntamente uma declaração de apoio às prioridades do BHAP, que foi lida numa sessão plenária do Dia da Saúde na COP30, em Belém.

O Plano de Ação de Saúde de Belém, lançado pela Organização Mundial da Saúde na COP30, contempla 60 ações voltadas tanto à adaptação às mudanças climáticas quanto ao enfrentamento dos riscos climáticos à saúde de 3,3 bilhões de pessoas.

O objetivo da Coalizão é elevar o enquadramento da crise climática como crise de saúde, catalisar compromissos em nível nacional e demonstrar a determinação da comunidade global de saúde em implementar a agenda de clima e saúde como prioridade mundial.

Por que o Clima é uma Emergência de Saúde

As mudanças climáticas representam uma das mais graves ameaças à saúde humana no século XXI, atuando como multiplicador de riscos — incluindo morbidade por calor extremo, doenças respiratórias e cardiovasculares, insegurança alimentar e hídrica, expansão geográfica de patógenos infecciosos, e muito mais.

Papel das Academias Nacionais

As academias nacionais de medicina ocupam uma posição de influência única na interseção entre ciência, política e confiança pública. Como vozes confiáveis em seus respectivos países, são essenciais para avançar as prioridades de saúde pública e orientar a formulação de políticas baseadas em evidências.

Em conjunto, o Summit de 2026 e a Coalizão Global sinalizam um esforço crescente e coordenado da comunidade científica internacional para colocar a saúde humana no centro da resposta global às mudanças climáticas, com especial atenção à implementação concreta do Plano de Belém.

Descarte Seguro de Medicamentos Não Utilizados: Uma Abordagem de Saúde Única para Sistemas Nacionais

O relatório *Safe Disposal of Unused Medicines: A One Health Approach for National Systems*, desenvolvido pelo United Nations Environment Programme em colaboração com parceiros internacionais de saúde e meio ambiente, aborda o crescente desafio global relacionado ao descarte inadequado de medicamentos humanos e veterinários. A publicação reconhece que resíduos farmacêuticos descartados incorretamente em lixo doméstico, sistemas de esgoto ou aterros podem gerar impactos significativos sobre ecossistemas, recursos hídricos, biodiversidade, saúde humana e animal, além de contribuir para o agravamento da resistência antimicrobiana (AMR). O relatório adota uma abordagem baseada em *One Health*, enfatizando a interdependência entre saúde humana, animal e ambiental.

O documento destaca que grandes quantidades de medicamentos permanecem sem utilização devido à superprescrição, interrupção de tratamentos, mudanças terapêuticas, vencimento de produtos, distribuição inadequada e perdas logísticas. Entre os principais grupos de medicamentos identificados como prioritários para controle e descarte seguro estão antimicrobianos, hormônios, antineoplásicos/quimioterápicos, analgésicos, medicamentos psiquiátricos, anti-inflamatórios, antiparasitários veterinários e substâncias controladas. O relatório enfatiza que alguns desses compostos possuem elevada persistência ambiental, potencial ecotoxicológico e capacidade de afetar organismos aquáticos, fauna silvestre e microbiomas ambientais.

O UNEP destaca preocupação especial com:

- antibióticos e antimicrobianos, devido à seleção de microrganismos resistentes;
- hormônios e desreguladores endócrinos, capazes de afetar reprodução e desenvolvimento de espécies aquáticas;
- medicamentos citotóxicos e quimioterápicos, associados à toxicidade ambiental e ocupacional;
- antiparasitários veterinários, que podem impactar solos, insetos e biodiversidade;
- opioides e substâncias controladas, devido ao risco de uso indevido e contaminação ambiental.

O relatório aponta que, apesar do reconhecimento crescente do problema, muitos países ainda não possuem sistemas nacionais estruturados para coleta, segregação, transporte, tratamento e descarte final de medicamentos não utilizados. A ausência de regulamentação clara, infraestrutura especializada, financiamento contínuo e conscientização pública limita respostas efetivas, especialmente em países de baixa e média renda.

Como resposta, a publicação propõe um conjunto de recomendações organizadas em quatro pilares estratégicos:

1. Prevenção da geração de resíduos farmacêuticos

- aprimorar práticas de prescrição racional;
- reduzir desperdícios nas cadeias de suprimento;
- ajustar volumes de dispensação às necessidades reais dos pacientes;
- fortalecer adesão terapêutica e acompanhamento clínico;
- melhorar gestão de estoques em hospitais, farmácias e serviços veterinários

2. Sistemas seguros de recolhimento e descarte

- implementar programas nacionais de devolução de medicamentos (*take-back systems*);
- criar pontos seguros de coleta em farmácias, hospitais e unidades veterinárias;
- evitar descarte em vasos sanitários, pias ou lixo doméstico;
- fortalecer tecnologias adequadas de tratamento, como incineração em alta temperatura e métodos ambientalmente seguros para resíduos perigosos

3. Fortalecimento regulatório e governança

- desenvolver legislações específicas para resíduos farmacêuticos;
- definir responsabilidades compartilhadas entre governo, indústria farmacêutica, distribuidores e consumidores;
- integrar o tema aos Planos Nacionais de Ação sobre Resistência Antimicrobiana;
- criar sistemas de monitoramento ambiental e vigilância de contaminação farmacêutica

4. Educação, conscientização e capacitação

- promover campanhas públicas sobre descarte seguro;
- capacitar profissionais da saúde humana e animal;
- integrar o tema aos currículos de saúde, farmácia, veterinária e meio ambiente;
- fortalecer abordagens intersetoriais baseadas em *One Health*.

O documento também enfatiza a necessidade de articulação entre ministérios da saúde, meio ambiente, agricultura, saneamento, autoridades regulatórias, setor farmacêutico e sociedade civil. Segundo o relatório, políticas integradas de descarte seguro de medicamentos podem gerar benefícios ambientais, fortalecer sistemas de saúde, reduzir riscos de resistência antimicrobiana e contribuir para o cumprimento de metas globais relacionadas à saúde, biodiversidade e desenvolvimento sustentável.

Por fim, o UNEP conclui que a implementação de sistemas nacionais de descarte seguro de medicamentos deve ser tratada como prioridade de saúde pública e ambiental, especialmente diante do aumento global do consumo farmacêutico, da intensificação da poluição química e dos riscos associados à resistência antimicrobiana.